



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEDOC

FRANCISCA PAULA VICTOR FERNANDES

**A VISIBILIDADE DO PROFISSIONAL TRADUTOR/INTÉRPRETE NO ENSINO
FUNDAMENTAL DE ESCOLAS ESTADUAIS EM AREIA BRANCA-RN.**

MOSSORÓ – RN

2020

FRANCISCA PAULA VICTOR FERNANDES

**A VISIBILIDADE DO PROFISSIONAL TRADUTOR/INTÉRPRETE NO ENSINO
FUNDAMENTAL DE ESCOLAS ESTADUAIS EM AREIA BRANCA-RN.**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, Universidade Federal Rural do Semiárido, para obtenção de nota da disciplina de trabalho de conclusão de curso, sob orientação da Professora Mestra Sara Cristina dos Santos Freires.

MOSSORÓ – RN

2020

FRANCISCA PAULA VICTOR FERNANDES

**A VISIBILIDADE DO PROFISSIONAL TRADUTOR/INTÉRPRETE NO ENSINO
FUNDAMENTAL DE ESCOLAS ESTADUAIS EM AREIA BRANCA-RN**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Defendida em: 17 / 02 / 2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Sara Cristina dos Santos Freires (UFERSA)
Presidente

Prof. Me. Francisco Ebson Gomes-Sousa (UFERSA)
Membro Examinador

Prof. Me. Diego Menezes Augusto (Faculdade Católica do RN)
Membro Examinador

Dedico ao meu bom Deus, por permitir que estivesse nessa caminhada, mais também não poderia deixar de dedicar a uma pessoa tão maravilhosa que Deus colocou em minha vida para ajudar na realização desse sonho Antônia Lucia Perciliano.

Antônio Valentim, que além de ter sido meu querido pai, foi meu primeiro professor, me ensinou tudo que sou hoje, me fazendo sonhar que seria um dia uma futura professora mostrando que os estudos eram a melhor coisa para minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me capacita a fazer tudo em minha vida, mesmo estando insegura confio na presença do Senhor, que está junto a mim em todos os momentos, que durante toda esta caminhada nunca me desamparou, protegendo todas as passadas realizadas desse sonho, dando força e coragem.

Ao meu querido esposo Luan Talyson Perciliano Bernardo, que me ajudou com toda paciência do mundo, compreendendo todos os momentos de minha ausência, sabendo entender os estresses do dia-a-dia, onde sempre me dá forças em tudo que vou fazer.

À minha sogra amiga Antônia Lucia Perciliano Bernardo, que me mostrou que todos os meus sonhos poderiam ser possíveis, me ajudando mais que uma mãe, que me fez acreditar na realização desse sonho.

Aos professores no qual depusitei admiração e carinho, que estão sempre nos ajudando, com sua paciência de nos ensinar, compreendendo todas as nossas dificuldades.

À orientadora Sara Cristina dos Santos Freires, por compartilhar seus conhecimentos.

“O intérprete é para o surdo, a voz e a audição. ”

(ALUNA DA EJA - EEEM)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar resultados sobre como é observado os tradutores/intérpretes de Libras que atuam em duas escolas diferentes na rede estadual. Enfatizar o papel mediador desse profissional em seu trabalho educativo, bem como, são percebidos pela escola, as condições em que desempenha sua atividade profissional, e como busca elementos para discutir sobre os conhecimentos vistos no ambiente da escola. Dessa forma a metodologia trabalhada é uma pesquisa qualitativa, no ambiente escolar sobre a visão da prática de atuação do tradutor/intérprete de Língua de Sinais. Realizamos assim um estudo para saber a respeito de como no ambiente de trabalho esse profissional é entendido, na socialização, em que convivem com pessoas ouvintes e surdas, visando os conhecimentos e valores no processo do conhecimento e aprendizagem. Após esses levantamentos estudou-se alguns materiais teóricos, realizando um estudo de algumas obras de autores referentes à temática.

Palavras-Chave: surdo, professor, intérprete.

ABSTRACT

This work aims to report results on how libras interpreters working in two different schools in the state network are observed. Emphasize the mediating role of this professional in his educational work, as well as are perceived by the school, the conditions in which he performs his professional activity, and as he seeks elements to discuss the knowledge seen in the school environment. Thus, the methodology worked is a qualitative research, in the school environment on the vision of the practice of acting of the Sign Language interpreter. Thus, we conduct a study to know about how in the work environment this professional is understood, in socialization, in which they live with people who are hearing and deaf, aiming at knowledge and values in the process of knowledge and learning. After these surveys, some theoretical materials were studied, conducting a study of some works by authors related to the theme.

Keywords: deaf, teacher, interpreter.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	11
1.1 O intérprete como garantia de acessibilidade para o surdo.....	11
1.1.1 Dificuldades de compreensão linguística de surdos não alfabetizados..	14
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	17
2.1. A tríade bilíngue: aluno surdo, professor e intérprete.....	19
2.1.1 As múltiplas funções do intérprete.....	21
3. DAR AULA, TRADUZIR OU RESUMIR CONTEÚDOS?.....	23
3.1 Intérprete e aluno com surdez.....	24
3.1.1 Intérprete e professor.....	24
3.1.2. Intérprete e alunos ouvintes.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICE.....	35

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a temática da visibilidade do intérprete, no percurso educativo, precisamente em duas escolas da rede estadual no município de Areia Branca/RN. O Intérprete Educacional de Língua de Sinais é o profissional que promove acessibilidade ao aluno surdo na sala de aula. É uma figura pouco conhecida no contexto educacional, pois pesquisas nos dizem que existem poucos estudos, poucos profissionais, tanto no Brasil, quanto no cenário mundial, provocando assim uma grande necessidade em todos os níveis de ensino. Deste modo, problematizar nesta área se torna relevante para que possamos refletir as possibilidades de atuação deste profissional, apresentando dados relativos às experiências dos Intérpretes educacionais que atuam na nossa região. Apresentando relatos do papel desse profissional no contexto escolar.

A escolha do tema se deu através da experiência do estágio curricular supervisionado III, pela convivência com pessoas surdas, na Escola Estadual Conselheiro Brito Guerra, na cidade de Areia Branca - RN, onde tivemos a oportunidade de acompanhar de perto os desafios e as dificuldades dos alunos com surdez, no ensino fundamental II que por falta de um intérprete que mediasse esse processo de ensino aprendizagem não conseguiam entender a Língua Portuguesa e diante disso, sentiam-se desmotivados e acabavam se evadindo da escola. Constatadas essas observações, despertou-nos o interesse em conhecer melhor de como é visto, o trabalho do intérprete educacional na escola.

A metodologia realizada foi uma pesquisa qualitativa, no ambiente escolar, para saber a respeito de como no ambiente de trabalho esse profissional é entendido na socialização em que convivem com pessoas ouvintes e surdas. Realizando assim um estudo de algumas obras, para busca do conhecimento do contexto atual das escolas públicas que têm alunos surdos matriculados, os sujeitos desta pesquisa foram professores, coordenadores, alunos surdos e intérpretes sendo analisando os respectivos resultados em relação ao papel desse profissional.

1 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Este capítulo expõe dados⁷ a respeito dos estudos das políticas públicas de inclusão dos educandos surdos afim de entender o processo de aprendizagem dos alunos surdos e sua integração no Ensino Fundamental na condição de compreender essas políticas e como ocorre a prática de ensino por intermédio do profissional Intérprete de Língua de Sinais. Dispor aos alunos com necessidades especiais, ingressarem na rede de ensino regular, onde possam estar interagindo com os colegas e professores, desenvolvendo suas capacidades físicas, sociais e psicomotoras, trouxe bastante avanço no que propõe tais políticas e com isso levantou-se muitos debates sobre o seu desenvolvimento dentro e fora da sala de aula.

No que se trata aos alunos com Surdez e para que esse ensino seja viável é necessário a presença de um profissional para a tradução e interpretação dos conteúdos possibilitando o aluno compreender e obter rendimento escolar de melhor qualidade, pois são novas experiências que exigem uma proximidade com este profissional, como mediador, entre o professor e aluno surdo durante as aulas ministradas. Sendo assim⁸, as instituições devem garantir o acesso e buscar possibilidades de permanência desses alunos no âmbito educacional, utilizando as duas línguas, a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa na comunicação, auxiliando o desenvolvimento social dos alunos.

1.1 O intérprete como garantia de acessibilidade para o surdo

Os processos de globalização das relações de troca junto às políticas públicas de inclusão geraram um novo contexto social para a vida das pessoas com Surdez, previsto pela Lei Nº 10.346 , de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), Lei da Libras, regulamentada no Decreto Nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) que envolve a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e deve entrar nos currículos dos cursos de formação dos profissionais da área com a responsabilidade de criar ambientes linguísticos favoráveis para o desenvolvimento da linguagem das crianças surdas. O intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa,

É o profissional que domina a Língua de Sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Ele também pode dominar outras línguas, como o Inglês, o Espanhol, a Língua de Sinais Americana e fazer a interpretação para a Língua Brasileira de Sinais ou vice-versa. Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. (QUADROS, 2004. p.27-28).

De acordo com Quadros (2004, p. 42-43), o tradutor/intérprete é esse profissional criado recentemente pela necessidade que se encontra as pessoas com surdez, regulamentada pela Lei Federal Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 (BRASIL, 2010). Os instrutores e/ou professores de Libras, geralmente uma pessoa com surdez, que deveriam ser contratados para o ensino de Libras, da mesma forma que o intérprete, acabam reduzindo essa atividade e o envolvimento dos mesmos nos grupos de alunos com surdez.

Assim, a limitação de acesso dos alunos ao conhecimento em língua de sinais é fragilizada. O tempo de aprendizagem da Língua de Sinais na escola é escasso. Depara-se sempre com a ausência de instrutores e/ou professores e Intérpretes de Libras nas escolas, já que o próprio professor da sala comum não domina ou domina tão pouco a Língua de Sinais, é imprescindível a presença deste profissional mediador das línguas em estudo. O aluno não tem modelos linguísticos adequados, isto é, a interação na língua materna por ser comprometida nesta lacuna, o seu processo de aquisição da língua e o processo cognitivo pode sofrer atrasos linguísticos que venham a prejudicar a comunicação.

O instrutor/professor de Língua de Sinais tem a função de ensinar/alfabetizar surdos e ouvintes em fase de aprendizagem. Enquanto o tradutor/intérprete de Língua de Sinais, realiza a tradução e interpretação nos âmbitos educacionais, sociais e públicos; nos cursos de capacitação de Língua de Sinais. Todos os professores de Libras e intérpretes, provavelmente tiveram oportunidades de ter contato com instrutores surdos, o que proporciona um contato maior com o nativo da língua e consequentemente, um conhecimento para além de sinais, como conhecer sua cultura e identidade no meio majoritariamente ouvinte.

Com essa distinção de funções, percebemos que em algumas instituições não obedecem ao que está previsto em lei, dando a esses profissionais, por exemplo,

outras funções não adequadas conforme suas formações. (QUADROS, 2004, p. 51). Contudo, as dificuldades de formação do tradutor/intérprete de Libras, partem da inquietação sobre o que faz este profissional, até então estabelecida entre educadores, ouvintes e as vezes pelos próprios alunos surdos.

O tradutor/intérprete de Língua de Sinais, de acordo com Quadros (2004, p. 51-52) atua na tradução e/ou interpretação da Libras e da Língua Portuguesa, em três diferentes campos de trabalho: intermedia a comunicação entre as pessoas surdas usuárias da Libras e as pessoas ouvintes usuárias da Língua Portuguesa em diferentes contextos; Traduz os textos da Libras para a Língua Portuguesa e os textos da Língua Portuguesa para a Libras; Auxilia no esclarecimento da forma escrita produzida pelas pessoas com surdez em quaisquer contextos que se façam necessários (concursos, avaliações, sala de aula, documentos, igrejas, eventos sociais).

Segundo Quadros, (2004, p. 87), o profissional intérprete de Língua de Sinais, diante das conquistas em nível legal, contexto sócio histórico e as políticas públicas em favor da inclusão, têm uma carreira promissora, pode-se projetar um futuro brilhante. Há vários cursos de capacitação ministrados em todo o Brasil e esses cursos funcionam como cursos de validação, pois são voltados para aqueles profissionais intérpretes empíricos, ou seja, os intérpretes de língua de sinais que atuam sistematicamente sem nenhum tipo de formação formal.

Além de tais cursos, estão sendo propostos cursos sequenciais, ou seja, cursos de formação em nível superior com duração de dois anos a dois anos e meio. Esses cursos preveem a formação do intérprete oferecendo disciplinas que contemplam as competências, habilidades técnicas e o domínio de conhecimentos específicos em relação à tradução e interpretação.

1.1.1 Dificuldades de compreensão linguística de surdos não alfabetizados.

Segundo Koslowski (1998, p. 47-53), a inclusão é definida como um processo educacional que tem por objetivo geral estender ao máximo a capacidade da criança na escola e na classe regular. Os objetivos da inclusão são: atender os estudantes com necessidades específicas; propiciar suporte técnico e atendimento integrados aos professores; propiciar ampliação de acesso aos alunos com deficiência às classes comuns; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes e levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação.

Para viver dentro desse processo é necessário conhecer a história, bem como, as filosofias educacionais para as pessoas com surdez. É o primeiro passo para se iniciar um estudo mais aprofundado que tem como objetivo relacionar a exposição ao meio social, a linguagem e à qualidade das interações interpessoais ao desenvolvimento cognitivo. A história pode também servir de suporte para analisar as consequências de cada filosofia para o desenvolvimento da criança com surdez (GOLDFELD, 2002, p.27).

As práticas educacionais vigentes vêm demonstrando certa preocupação que difere de anos anteriores, onde as pessoas com deficiência eram tratadas com perseguições, castigos ou abandono e excluídas da sociedade. A partir do século XVI tem-se notícia dos primeiros educadores de pessoas com surdez. Segundo Damázio (2007, p. 19) as filosofias educacionais para as pessoas com surdez, tendem a estar sempre em mudanças. Ora esses alunos estão em escolas comuns, ora em escolas especiais para surdos, ora em classes especiais. Existe três tendências: a oralista, a comunicação total e a abordagem por meio do bilinguismo.

Os educadores criaram diferentes metodologias, como vimos. A língua oral, que geralmente é a língua da maioria dos familiares de surdos, por serem ouvintes tem a Língua de Sinais como segunda língua e, no entanto, é pouco ensinada no espaço familiar. Há a necessidade de um atendimento específico para aprender essa língua.

Goldfeld (2002) diz que o aprendizado da língua oral, ao contrário da língua de sinais, é muito lento, daí as dificuldades que a criança surda passa na escola, toda estruturada para pessoas ouvintes. Há então um bloqueio no desenvolvimento cognitivo das crianças com surdez, por sua perda auditiva. A autora ainda diz que:

Em relação à educação pública, é muito raro encontrarmos escolas que utilizem a Língua de Sinais em sala de aula. O que ocorre em muitos casos é que os alunos conversam entre si pela Língua de Sinais, mas as aulas são ministradas em Português, por professores ouvintes que não dominam a Libras o que praticamente impossibilita a compreensão por parte dos alunos surdos. (GOLDFELD, 2002, p. 45).

A comunicação total, outra tendência educacional, considera as características da pessoa com surdez, permitindo o uso de qualquer recurso para a comunicação, considerando as áreas cognitivas. De acordo com Sá (1999) apud Damázio (2007, p. 19) a comunicação total não valoriza a Língua de Sinais, podendo-se dizer que é uma nova maneira de inserção do oralismo. Já o bilinguismo visa a aprendizagem da pessoa com surdez, pautada nas duas línguas: A Língua de Sinais e a língua da comunidade ouvinte.

Falar das filosofias educacionais utilizadas para a educação das pessoas com surdez implica na questão de compreensão e de desenvolvimento cognitivo. Diversos autores como: Brito (1993), Reis (1992, apud GOLDFELD, 2002, p.45) afirmam que a criança surda, ao sofrer atraso de linguagem, mesmo que aprenda uma língua mais tarde, terão sempre como consequência desse atraso, problemas emocionais, sociais e cognitivos.

Os autores mostram que a linguagem tem um papel importante e fundamental para o desenvolvimento cognitivo. A falta ou atraso da mesma, desenvolverá dificuldades, não só de comunicação, mas de toda a organização do pensamento da criança, trazendo consequências graves para a interação dessa criança na sociedade.

Além das relações entre pensamento e linguagem, Vygotsky (1991, apud GOLDFELD, 2002, p. 60) e seus seguidores estudaram as questões sobre o significado e sentidos das palavras, a aquisição da linguagem, a formação de conceitos, a relação entre desenvolvimento e aprendizagem, o processo das brincadeiras nas crianças e também o desenvolvimento de crianças com deficiência, inclusive crianças com surdez, sempre levando em consideração a influência sobre o indivíduo.

A autora diz em relação ao desenvolvimento cognitivo que:

A aquisição da linguagem provoca um padrão de desenvolvimento cognitivo da criança. As funções mentais inferiores, tal como a percepção natural, atenção involuntária e memória natural, com a mediação da linguagem transformam-se em percepção mediada pelas características

socioeconômicas e culturais. Conclui-se que todos esses aspectos influenciam no desenvolvimento cognitivo. (GOLDFELD, 2002, p.60)

Sabendo que a educação é direito de todos, é fundamental o que reforça a possibilidade de existência de discriminação, de acordo com a Constituição Federal,

Então é necessário que se esclareça que o direito de todos à educação tem peculiaridades: não é qualquer tipo de acesso à educação que atende ao princípio da igualdade de acesso e permanência na escola (art.206, I, CF), bem como a garantia de Ensino Fundamental obrigatório (art. 208, I, CF).

É preciso que cheguemos a um denominador comum, ou seja, ter uma visão da abordagem essencial que vise o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Não há mais tempo para se equivocar numa abordagem educacional para surdos e ouvintes. Isso parte para o sentido da exclusão.

Conforme Skliar (1999, apud DAMÁZIO, 2007, p. 14), o modelo excludente da Educação Especial está sendo substituído por outro, em nome da inclusão que não respeita a identidade surda, sua cultura, sua comunidade. Não se trata de trocar a escola excludente especial, por uma escola comum. Ocorre que alguns discursos e práticas educacionais ainda não conseguiram responder às necessidades do aluno com surdez.

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe desde cedo, a utilização dos recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional, conforme Damázio (2007, p. 14), para isso, é necessária uma adaptação no currículo escolar, para que se tenha uma escola para todos.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O trabalho de pesquisa aqui apresentado proporcionou a leitura em diversas fontes dando conceitos que definem na inclusão, um novo caminho para as pessoas com deficiência, especificamente as pessoas com surdez. Tendo como objetivo o aprofundamento sobre o papel do tradutor/intérprete de Língua de Sinais, nas escolas da rede estadual de ensino e em suas relações com o professor da sala comum e especialmente com o aluno surdo, inicia-se a nossa busca.

A pesquisa partiu da experiência em sala de aula, onde nos levou a identificar e questionar as dificuldades existentes nas relações entre o professor da sala comum com o intérprete, na metodologia aplicada, na interpretação e compreensão dos conteúdos. Para isso apresentamos numa visão mais ampla o processo pelo qual o aluno surdo estabelece sua relação com o intérprete de Libras na construção de sua identidade, cultura e valores de sua comunidade surda.

Através da pesquisa bibliográfica, entendemos a tríade bilíngue que envolve a pessoa com surdez, o interprete educacional de Língua de Sinais e Língua Portuguesa e o professor da sala comum. Neste sentido, apresentamos as múltiplas funções do tradutor/intérprete de Língua de Sinais, no contexto brasileiro e no quadro educacional do município de Areia Branca, no estado do Rio Grande do Norte.

A metodologia foi estruturada em quatro etapas: a primeira, foram realizados fichamentos a partir das leituras realizadas. A segunda parte da pesquisa, foi em campo onde observou-se nas escolas da rede estadual, o processo de ensino-aprendizagem de alunos com surdez. A terceira, aplicou-se um questionário com os professores, alunos, intérpretes e surdos. A última etapa, para análise dos dados coletados.

Realizamos entrevistas com os sujeitos envolvidos: professor da sala comum, intérpretes de Língua de Sinais/Língua Portuguesa, alunos ouvintes e alunos com surdez. Para a entrevista aplicou-se um questionário (em anexo) com indicadores qualitativos, com 02 (dois) alunos ouvintes; 02 (dois) alunos com surdez; 02 (dois) intérpretes de Língua de Sinais - ambos bolsistas pela Subcoordenadora de Educação Especial - SUESP/RN, junto à 12ª Diretoria Regional de Educação e Cultura - DIREC – MOSSORÓ/RN; 02 (dois) professores da sala comum.

As escolas pesquisadas foram: Escola Estadual Conselheiro Brito Guerra e Escola Estadual Elita Monte. Conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Escolas pesquisadas - 2019

INSTITUIÇÃO	ALUNOS COM SURDEZ	ALUNOS OUVINTES	TRADUTOR INTÉRPRETE	PROFESSOR SALA COMUM	TOTAL
E E CONSELHEIRO B GUERRA	01	01	01	01	04
E E ELITA MONTE	01	01	01	01	04
TOTAL	02	02	02	02	08

Fonte: Elaboração própria (2020)

Partimos do princípio da importância da Língua de Sinais para que o desenvolvimento cognitivo do aluno com surdez e o avanço na linguagem. Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa, teve uma abordagem qualitativa, como já foi posto, no período de julho a agosto de 2019, onde aplicamos um questionário, tipo pesquisa de campo, pois envolvemos os alunos e docentes da escola, como também, profissionais de duas escolas.

Aplicamos um questionário semiaberto e descritivo com perguntas diferentes em cada categoria (em anexo), com características que atendem aos objetivos da pesquisa. A amostra escolhida para a pesquisa representa um conjunto de elementos necessários para dar uma resposta censitária que envolva o pensamento dos envolvidos na coleta e a análise dos dados.

Para isso observou-se inicialmente, para depois partir até às pessoas que deveriam ser entrevistadas. O questionário foi elaborado a partir das dúvidas observadas e perguntas quanto às questões já apresentadas, inerentes à tríade bilíngue. Os mesmos foram responsáveis pelas respostas alcançadas, levando em consideração os conceitos teóricos que orientou na construção e fundamentação deste trabalho. A aplicação do questionário aconteceu de maneira formal, individual e satisfatória.

Com os dados coletados qualitativamente, descreveu-se os dados analisados de maneira que pôde-se fazer uma referência do papel do tradutor/intérprete de Libras em sala de aula, de modo geral, analisando os dados a partir das referências que

fundamentam esta pesquisa. Abaixo um quadro representativo do perfil das pessoas pesquisadas:

Quadro 2: Sujeitos envolvidos na tríade bilíngue - 2019

PESQUISADOS	ESCOLARIDADE	IDADE	COMUNICAÇÃO EM LIBRAS	ANOS DE ATUAÇÃO	TOTAL
PROFESSOR DA SALA COMUM	ENSINO SUPERIOR	40 ANOS	NÃO	18 ANOS	02
	ENSINO SUPERIOR	35 ANOS	NÃO	14 ANOS	
TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS	ENSINO SUPERIOR	30 ANOS	SIM	08 ANOS	02
	ENSINO MÉDIO	32 ANOS	SIM	05 ANOS	
ALUNOS OUVINTES	9º ANO	14 ANOS	NÃO	-	02
	1º ANO - EM	19 ANOS	UM POUCO	-	
ALUNOS COM SURDEZ	9º ANO	18 ANOS	SIM	-	02
	3º ANO - EM	28 ANOS	SIM	-	

Fonte: Elaboração própria (2020)

2.1 A tríade bilíngue: aluno surdo, professor e intérprete

Uma escola para todos é aquela que dá condições de atendimento a todos. De acordo com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC (2012, p. 28) a implementação de políticas públicas sobre os direitos das pessoas com deficiência, conforme a ONU (2006), tem a finalidade de garantir que as pessoas surdas e com deficiência auditiva tenham acesso a todos os meios de comunicação e expressão, em todas as etapas da vida.

O grande desafio da educação dos surdos, se dá pela compreensão da importância da audição em uma escola de língua oral auditiva, criada para ouvintes e isso envolve outros profissionais. Esse envolvimento tem como objetivo, dar apoio pedagógico complementar ou suplementar na sua aprendizagem. As tendências educacionais para as pessoas com surdez nos apontam o bilinguismo com a maior importância dada à língua materna da pessoa com surdez: a escola bilíngue para surdos.

Escola bilíngue para surdos, de acordo com Lacerda, Albres, Drago (2013, p. 65) é aquela que oferece o ensino bilíngue para surdos, em que a Libras é a língua

de instrução (L1) e A Língua Portuguesa é tratada como segunda língua (L2). Possui peculiaridades que dependem da localização das diferentes modalidades de ensino oferecidas aos estudantes surdos, ao longo de sua trajetória escolar. Nesse contexto é preciso compreender que é a escola que tem que dar condições ao aluno. É preciso entender o processo de acessibilidade mais rápido de aprendizagem do aluno. Entender que a surdez não está ligada a falta de habilidades cognitivas. Para isso diz o autor:

-Portanto os problemas tradicionais apontados como característicos da pessoa surda são produzidos por condições sociais. Não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez, tudo depende das possibilidades oferecidas pelo grupo social para seu desenvolvimento em especial para a consolidação da linguagem. (GOES, 1996, p. 38).

O aluno com surdez é aquele que percebe ou compreende o mundo por meio da visão. (QUADROS, 2004, p. 10). Esse pressuposto norteará todo o atendimento da pessoa com surdez. Partindo-se daí os recursos visuais se tornam essenciais para a comunicação e a compreensão do contexto em que este vive. É preciso compreender que há uma necessidade por parte do aluno, uma visualização confortável entre seus interlocutores. Não se pode tirar o foco principal do aluno, sua primeira língua, a LIBRAS, como língua de acesso aos conhecimentos. É preciso criar condições para que a escola tome o papel de uma escola bilíngue para surdos (LACERDA, ALBRES, DRAGO, 2013, p. 67).

O professor bilíngue é um professor com formação em curso superior de Pedagogia ou em licenciatura específica (Letras/Libras), que atua no processo de ensino aprendizagem em escolas bilíngues (LACERDA, ALBRES, DRAGO, 2013, p. 71). Esse profissional com esses requisitos torna-se raro no contexto atual. Lacerda, Albres, Drago, (2013, p. 71) indicam que o professor bilíngue é o “professor com fluência em Libras que desenvolverá o ensino do surdo”.

No Brasil existe somente uma escola que oferece curso de Pedagogia bilíngue, que é oferecida pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, no Rio de Janeiro. Constata-se assim que em nosso estado ainda se tem muito a fazer em relação a este profissional. O professor bilíngue, em nosso estado, precisa ter habilitação na área de atuação, especificamente na área da Surdez, em nível de graduação ou especialização, de acordo com a legislação.

O professor bilíngue deve ter domínio linguístico na Língua Portuguesa e na Língua de Sinais, considerando o conhecimento do processo de ensino aprendizagem do aluno surdo, os procedimentos e a metodologia adequada, obedecer um currículo que leve em conta as características socioculturais do aluno surdo. No entanto, sabe-se que as redes públicas de ensino, ainda não difundem a Língua Brasileira de Sinais, como direito consolidado nas políticas públicas da Educação Especial.

Dentro da tríade bilíngue vem o intérprete de Libras que tem a função de traduzir/interpretar, facilitando a interação da pessoa com surdez com outras pessoas, mantendo as relações interpessoais, ou seja, fazendo a mediação entre os usuários da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa. (DAMÁZIO, 2007, p. 49).

O Decreto Nº 5.626/05 (BRASIL, 2005) prevê, em seu capítulo V, artigo 17, a necessidade de formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa (TILS) por meio de curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em Libras/Língua Portuguesa.

O futuro do profissional intérprete é um desafio, já que é através do mesmo que é permitido que a comunicação aconteça entre as pessoas que não usam a mesma língua de forma precisa e apropriada (QUADROS, 2004, p. 88). Este profissional deve ser visto como garantia de recursos para a educação das crianças surdas desde os anos iniciais como garantia de uma educação bilíngue para surdos.

Com base nisso, enfatiza-se o papel do tradutor/intérprete de Libras em sala de aula. Observa-se que o mesmo perde o seu foco, à medida que atende a diversas situações. Daí a nossa preocupação está na aprendizagem do aluno. Partimos para o pressuposto que a inversão das atribuições nos leva ao início da educação dos surdos, às abordagens educacionais continuam em evidências. Isso é notável e preocupante.

2.1.1 As múltiplas funções do intérprete

O código de ética, de acordo com Quadros (2004, p. 31), é um instrumento que orienta o profissional intérprete na sua atuação. A sua existência justifica-se a partir do tipo de relação que o intérprete estabelece com as partes envolvidas na interação. O intérprete está para intermediar um processo interativo que envolve determinadas intenções conversacionais e discursivas.

Nestas interações, o intérprete tem a responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações. Assim, a ética deve estar na essência desse profissional. O código de ética é parte integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. Os princípios fundamentais e éticos de interpretação, dar as condições desse profissional em diferentes situações, de ter um posicionamento e conduta, relações com o contratante, colegas e sobretudo da responsabilidade do profissional.

Os regulamentos garantem o processo de tradução e interpretação observando a qualidade do serviço oferecido. Considerando as questões éticas, o intérprete deve manter-se neutro para garantir a autonomia do professor em sala de aula e o direito do aluno em suas informações confidenciais. (QUADROS, 2004, p. 43). Outro aspecto a ser considerado na atuação do intérprete em sala de aula, pelo código de ética, segundo Quadros (2004, p. 59), é o nível educacional.

O intérprete de Língua de Sinais poderá atuar na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, no nível universitário e no nível de pós-graduação, considerando diferentes fatores. Cabe a esse profissional agir com sigilo, discrição, distância e fidelidade à mensagem interpretada, à intenção e ao espírito do locutor da mensagem, seguindo as seguintes questões de ética: flexibilidade, autodisciplina, humildade, espírito de grupo, contato com a comunidade surda, distância profissional, imparcialidade, neutralidade, fidelidade, confiabilidade, discrição, objetividade e ética. (QUADROS, 2004, p. 45).

O intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de Língua de Sinais na educação. Atualmente é esta a área mais requisitada no Brasil e em outros países. O intérprete com formação para atuar em sala de aula ou na educação, deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, entre os colegas com surdez e colegas ouvintes.

A trajetória de atuação do intérprete está inserida em diversos espaços, em situações formais como: em conferências, repartições, sistema judiciário, instituições religiosas, hospitais, escolas, palestras, reuniões técnicas, programas de televisão, conforme Portal Educação (2019), porém, o intérprete educacional tem inúmeros problemas de ordem ética, em função do tipo de intermediação. Desta forma, o intérprete educacional envolve a mediação na comunicação das diversas atividades

da escola, dentro ou fora dela, visando atender às necessidades do aluno com surdez, às necessidades do professor e comunidade escolar.

3 DAR AULA, TRADUZIR OU RESUMIR CONTEÚDOS?

Neste trabalho, inserimos os dados coletados da pesquisa em questão quanto à nossa inquietação a respeito da invisibilidade do profissional intérprete de Libras em sala de aula ou fora dela. A atuação do tradutor/intérprete educacional numa visão inclusiva, segundo Damázio (2007, p. 49), envolve ações que vão além da interpretação dos conteúdos curriculares das salas comuns. O intérprete como mediador da comunicação entre professores e alunos, alunos e alunos, pais, funcionários e demais pessoas da escola e espaços fora da escola, torna-se um sujeito de reflexão nos seus preceitos éticos.

De acordo com esses preceitos, entende-se que o intérprete não pode interferir nas relações interpessoais, a menos que o mesmo seja solicitado para tal. Porém, convém lembrar que se o intérprete educacional é o sujeito com capacidade de intermediar o conhecimento de mundo, a construção da identidade da pessoa com surdez. É incoerente dizer que o mesmo deve apresentar uma postura neutra, uma postura mecânica, já que o intérprete educacional se envolve involuntariamente na vida dessas pessoas, pela confiabilidade que existe entre ambas.

Sabe-se também que não é de direito esse profissional interferir em situações concretas que diz respeito à vida particular do surdo. É necessário que esse profissional tenha consciência do seu papel como intérprete, começando da sala de aula. Conforme a pesquisa confirmamos que o intérprete é visto na escola como o “dono do aluno surdo”. Daí questionamos: qual a função do intérprete educacional em sala de aula? Dar aula? Traduzir conteúdo ou resumir conteúdos e fazer os trabalhos do aluno?

3.1 Intérprete e aluno com surdez

Partindo do aluno, podemos dizer que o aluno com surdez tem mais confiança no intérprete do que no professor da sala comum. O aluno com surdez possui língua e cultura diferentes do ouvinte, mas tem o direito de ser incluído em salas de aula inclusiva, porém, as relações com o intérprete tornam-se mais relevantes porque é esse profissional que se comunica verdadeiramente com esses sujeitos.

Em casos relatados, se relacionam, até melhor que com suas famílias. A surdez é a incapacidade de audição, não de cognição. O surdo por compreender as relações interlocutoras com os ouvintes, põe no intérprete toda a sua confiança que vai mais além, o intérprete passa a fazer parte de sua cultura, de seus valores e isso foi demonstrado quando os entrevistados disseram levar trabalhos de outras áreas, no contra turno, para o intérprete ajudá-los a construí-los.

Quanto às dificuldades, os entrevistados disseram ter mais facilidade nas ciências exatas. Falaram da interação com os professores e especialmente, a maneira de como é conduzida a aula: De forma oral, fala rápido e sem uma orientação voltada a eles para que possam fazer a leitura labial.

Em relação à escola, os surdos entrevistados disseram não ter nenhuma mudança que favoreça a sua permanência ou adaptação no ambiente escolar. O intérprete é o elo de comunicação do surdo com todo o corpo escolar. Sentem muita dificuldade de conversar com os professores e demais funcionários. Por fim, é o intérprete o mediador desses sujeitos em todos os momentos da escola.

Dessa maneira analisando as respostas às questões pertinentes ao intérprete com o aluno surdo é que o mesmo está tendo responsabilidades que não faz parte de suas atribuições.

3.1.1 Intérprete e professor

Diante da análise da pesquisa apresentada, podemos perceber que o aluno com surdez depende da ação de, não só do professor em sala de aula, mas de outros profissionais envolvidos nesse desafio, de recursos, serviços e estratégias de ensino adequados aos sujeitos e o reconhecimento de suas potencialidades.

A entrevista aos professores e intérpretes constata que o intérprete, como canal de comunicação para todo o corpo da escola, assume uma responsabilidade maior com o professor da sala de sua atuação. Segundo a pesquisa, os intérpretes entrevistados são graduados em Pedagogia e Formação na área de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa; 01 (um); com Ensino Médio e Formação na área de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa 01 (um). Quanto ao tempo de atuação temos 01 (um) com 08 anos e 01 (um) com 05 de atuação na área.

Os resultados da pesquisa apresentam o intérprete como facilitador na sala de aula com os professores regentes. Mostra as responsabilidades e aptidões dos envolvidos. De acordo com as respostas dos entrevistados, os intérpretes tomaram para si a função de ensinar. Os mesmos disseram que em muitos momentos eles explicam o conteúdo do professor, voluntariamente.

Disseram também que através da interpretação, aprendem os conteúdos para si. Há muitas dificuldades na interpretação, apresentando diversas causas como: rapidez na fala do professor; falta de conhecimentos na área específica das disciplinas, falta de formação continuada para intérprete. Isso gera um certo desconforto pelo fato de não ter um sinal para determinadas palavras e também por não conhecer alguns sinais (lembrando que os surdos devem ser conhecedores e fluentes na Libras).

A sua postura em sala de aula é bastante discreta. Os mesmos disseram atender o aluno, sentado ao seu lado, sem a formalidade de eventos e palestras, onde o profissional fica na frente e em pé. No momento em que o aluno tem uma dúvida, eles esperam o momento em que o professor abre o espaço para isso. Da mesma maneira que o surdo, o intérprete também falou da falta de conteúdos visuais que implica na aprendizagem do aluno.

Em relação à ética e a fidelidade na tradução, os intérpretes falaram que os mesmos mantêm a interpretação com veracidade. A tradução é realizada simultaneamente aos ouvintes. Quando não existe um sinal para a palavra, frases ou a fala do professor, eles usam de outras estratégias: recorrem a exemplos, comparações, a imagens ou a datilologia que é a escrita com o alfabeto manual.

Para os professores da sala comum a responsabilidade de ensinar é deles, porém, os mesmos falaram ter muito medo quando se depara com um aluno surdo na

sala de aula. Esse medo eles atribuem à falta de capacitação, de estudos, cursos, formação continuada e apoio por parte da escola e estado insuficiente para receber um aluno com surdez.

Sabendo-se da necessidade de em uma relação de educadores existir o diálogo, buscamos enfatizar essa questão e assim entendemos de acordo com a pesquisa que há uma dificuldade muito grande por parte dos professores na comunicação com o aluno surdo. Os professores falaram que se comunicam através dos colegas da turma, quando o intérprete não está.

Quanto ao conteúdo, os professores disseram que segue o mesmo conteúdo dado aos ouvintes e enfatizaram ser o intérprete a traduzir ou transmitir esse conteúdo. Ainda falaram que em algumas vezes, disponibiliza o material estudado ao intérprete para que o mesmo possa auxiliá-lo. Perguntamos se esse material é informado com antecedência ao intérprete para que os mesmos possam buscar uma sinalização adequada e a resposta foi que raramente. Isso acontece mais nos projetos apresentados.

Quanto à postura na sala de aula, os professores afirmaram não ter esse cuidado. Essa orientação deve ser dada pelo intérprete, pois como os surdos reivindicam, muitos fazem leitura labial e necessita ter uma visão do rosto do professor.

Em relação ao momento da interpretação, o professor diz ter o cuidado para não interferir, ou melhor, evitar passar na frente do intérprete ou fazer perguntas orais que tirem a atenção do surdo.

Entendemos que as relações entre esses dois profissionais de grande importância para o aluno com surdez que compartilham línguas e culturas diferentes vivenciam uma atividade humanamente falada. O intérprete tem o papel de traduzir um código linguístico para outro. Isso requer uma atividade mental recheada de estratégias e de procedimentos técnicos que exige formações continuadas.

O professor exerce as funções pedagógicas, ainda com temor e muitas dúvidas em relação ao aluno com surdez. Porém, o professor é mais aquele que só dá aula. Ele precisa observar a realidade do seu aluno e identificar suas dificuldades e suas potencialidades e ser capaz de construir parcerias com os demais educadores para propor soluções adequadas para a aprendizagem do aluno. O intérprete, por sua vez, deverá manter a imparcialidade de sua função. Desenvolver relações sadias com

os surdos e o corpo docente da escola e especialmente não tomar para si a função de ensinar.

3.1.2 Intérprete e alunos ouvintes

Partindo para a relação entre o intérprete educacional e os alunos ouvintes, de acordo com a pesquisa apresentada nesse trabalho, observamos que o aluno surdo no ambiente escolar apenas cumprimenta os seus colegas da turma. Em relação às outras turmas, não há nem essa saudação. Na sala de aula, os alunos surdos geralmente sentavam isolados dos demais colegas. Para isso foi necessário incluir também alunos ouvintes na pesquisa. Em resposta ao questionário, esses alunos disseram ter muita dificuldade em conversar com o aluno com surdez e a principal barreira entre eles era a Língua de Sinais que os mesmos não dominam.

Em relação à presença do intérprete na sala de aula, há muita satisfação. É reconhecido o valor desse profissional, pois para os ouvintes, o profissional intérprete dar oportunidade ao aluno surdo a desfrutar de uma relação com o professor da sala comum. Na opinião dos alunos ouvintes, os alunos surdos têm a mesma capacidade que eles. O problema é de comunicação entre eles, se dá porque os mesmos não conhecem a Língua de Sinais. Alguns alunos falaram ajudar o aluno surdo por achar que eles não compreendessem a explicação do professor, porém com a presença do intérprete torna-se mais fácil para esses alunos.

Os intérpretes nessa relação com os alunos ouvintes, dizem não ter nenhuma dificuldade. Os mesmos respeitam o momento de sua tradução, se precisar passar em meio aos dois, esses pedem licença e em muitas vezes, fazem perguntas a respeito da cultura surda e da própria Língua de Sinais

Em relação à interação entre surdos e ouvintes, não souberam explicar, porém, segundo Quadros (2004, p. 60), o intérprete, especialista para atuar na área da educação, deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes.

Assim, percebemos que o intérprete como mediador na comunicação entre surdos e ouvintes, tem um papel importante nas interações entre os mesmos. Seu papel é de interpretar e não de explicar conteúdo. Hoje ele assume essa função porque na escola, somente ele domina a Língua de Sinais. Através da pesquisa com

os ouvintes pode-se compreender essa relação de confiança que existe entre surdos e intérpretes, no entanto essas relações precisam ser repensadas. O surdo precisa interagir com todos. O contato entre professores e alunos dará um melhor resultado nos relacionamentos, comprometimento e aprendizagem entre ambas as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas com deficiência foram durante séculos, excluídas de suas atividades diárias, especialmente da escola. Foi a partir dos anos 70 que a luta pela integração de todos na sociedade, deu início ao caminho da inclusão. Nos últimos anos, as escolas passam por uma mudança de valores, seguindo o modelo da sociedade, de um novo processo, em busca de uma escola para todos, uma escola voltada às necessidades individuais dos alunos.

A inclusão é antes de tudo, uma busca por uma educação de qualidade para todos, onde o professor participa da construção do saber do aluno, entendendo melhor suas dificuldades e possibilidades, que enriquece todos os envolvidos no processo educativo. Sabe-se que esse processo caminha lentamente, assim como observa-se em relatos de experiência de pessoas envolvidas no processo educativo de nossas escolas, as dificuldades, os anseios e desejos, não dando o suporte necessário aos alunos, quer seja por falta de conhecimento, quer seja pela morosidade dos recursos disponíveis para o mesmo.

Visando a qualidade de ensino para todos, a quebra das barreiras linguísticas e pedagógicas que interferem na aprendizagem dos alunos com surdez e diante de muitas indagações a respeito da aprendizagem do aluno surdo na escola comum, tem-se a oportunidade de vivenciar uma experiência com alunos surdos na escola. Há dificuldades para os professores da sala de aula, tanto no repasse de conteúdo, quanto na interação com os mesmos.

Nesse caso, o processo de aquisição de novos hábitos linguísticos se torna necessário. Trabalhou-se em cima de uma rotina e estímulos do professor da sala comum com o professor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa. O foco de atenção estaria na metodologia aplicada pelo professor/intérprete de Língua de Sinais ao aluno com surdez na sala de aula.

Diante disso, procurou-se entender qual a função, de fato, do professor/intérprete de Língua de Sinais. Qual a função desse profissional, que para muitos, ainda é novo no mercado de trabalho. A partir dessa problemática, buscou-se referências bibliográficas como respaldo maior às nossas dúvidas e conhecimentos. Depois ao passar para a pesquisa de campo com os envolvidos nesse processo,

observa-se que o profissional intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa na sala de aula, dar aula, traduz ou resume conteúdo.

O professor intérprete é apenas o facilitador do processo de aprendizagem do aluno com surdez. O conhecimento pode ser construído a partir da interação entre o professor de sala comum, alunos surdos e professor intérprete, como também alunos ouvintes. As atividades partem de conhecimentos adquiridos em outras experiências dos alunos ou atividades informais, proporcionando ações em sala de aula significativas e concretas, para que desperte o interesse do aluno, assim como o uso de materiais didáticos ricos e interessantes em letramento visual. A participação efetiva do professor intérprete de Libras nas aulas, se faz necessário para traduzir todo o conteúdo apresentado pelo professor da sala comum, conversas informais e interações com os seus colegas.

A construção da aprendizagem se dar com sucesso, pelo fato de a instituição escolar promover situações de inclusão e formação do aluno com surdez no processo de conhecimento da Libras, a base para a aprendizagem da Língua Portuguesa. Para isso, a escola tem obrigação de fazer a difusão da Libras na comunidade escolar, oferecendo formações em Libras. No entanto, as pessoas envolvidas no processo de inclusão do aluno, sentem a maior dificuldade, promovendo barreiras nas interações, por falta de formações e na minoria surda fica o déficit de aprendizagem.

Sabendo que a aquisição da aprendizagem da Libras deve ser enfatizada desde cedo, é relevante que a mesma seja inserida no currículo desde a educação infantil, pois desta forma facilitará a aprendizagem da Língua Portuguesa. Provavelmente, esse foi um dos aspectos, considerado importante para o desempenho dos alunos citados. Acredita-se que, na medida em que os alunos fluentes em Libras favorecer o trabalho do intérprete, este contribuirá para a aprendizagem do aluno na Língua Portuguesa, contemplando diversas áreas do conhecimento, experiências concretas e interação com os colegas, em tempo real, podendo opinar, levantar hipóteses sobre a temática estudada, sem perda de tempo ou de conteúdo.

Fatores como estes estão sendo pesquisados, quando o objetivo é a qualidade da educação oferecida em nosso país. Entendendo ser a função desse profissional, um trabalho ainda em processo de transição, há divergências de opiniões que atingem até mesmo os grandes educadores, que em parte, são coerentes em

defender o trabalho do professor/intérprete em sala de aula. Na verdade, ainda há muitas contradições na educação, por falta de políticas públicas e aceitação do trabalho do profissional intérprete e pela falta de formações. A escola que deveria garantir ao aluno com Surdez, desde os anos iniciais, o direito a aprender em igualdade com os outros, continua negando esse direito.

Na medida em que a escola faz opção por uma educação bilíngue, por um intérprete ou professor/intérprete em se tratando de garantir acesso aos alunos com Surdez, ela assumirá um novo olhar para a inclusão e para uma política linguística, valorizando as duas Línguas que passarão a fazer parte da vida escolar do aluno, a coexistir no espaço escolar. É preciso ultrapassar a visão que o intérprete educacional é aquele que tem a função de dar aula para o aluno surdo porque só ele que sabe comunicar-se com o aluno surdo.

É preciso compreender que o intérprete está na sala de aula para traduzir fielmente os conteúdos das aulas dos professores da sala e não para resumir esse conteúdo, no intuito de facilitar a sua vida e o aluno perder qualquer informação dada pelo professor. É preciso que o próprio intérprete separe a sua função na escola, a interação com o aluno surdo.

Acredita-se que quando isto acontecer os problemas de escolarização das pessoas com surdez, ao uso desta ou daquela língua, será reduzido. É preciso ampliar a escola dentro de uma proposta bilíngue, considerando os alunos com surdez como pessoas com direito de acesso ao conhecimento e à comunicação, bem como, os estados ampliar o campo de trabalho do profissional intérprete com uma proposta de inclusão e desenvolvimento das potencialidades do aluno.

O que nos desafia é como transformar a escola de ouvintes em uma escola para todos. Transformar essa convivência em uma relação que promova cidadania, onde o aluno com surdez tenha direito a ser compreendido por toda a comunidade escolar e que o profissional intérprete seja apenas o mediador do processo de ensino aprendizagem do aluno com surdez e seus professores da sala de aula, pois constata-se que as dificuldades apontadas em sala de aula, como característica da pessoa com surdez, são originadas das condições sociais. A Surdez não é inerente às questões cognitivas ou afetivas. Todo esse processo se dá pelas possibilidades oferecidas pelo grupo social para o seu desenvolvimento numa visão de potencialidade, especialmente para a aquisição de linguagem.

Este trabalho teve como base a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05, que vem sendo extinta pelo Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, onde o mesmo extingue o cargo de tradutor/intérprete de Libras de caráter efetivo, dos quadros de pessoal da administração pública federal, vedando a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para o cargo supracitado e entre outros. Isto é um desrespeito à história da educação dos Surdos. E a luta continua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília – DF, 2007.

----- . Presidência da República. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília – DF, 2005.

_____. Presidência da República. **Lei Federal Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Profissão de Tradutor e Intérprete Libras. Brasília – DF, 2010.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 10.185/19**. Extingue cargos efetivos e veda a abertura de concurso público. Brasília – DF, 2019.

DAMÁZIO. Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado – Pessoa com Surdez**. SEESP/ SEED/ MEC. Brasília – DF – 2007.

GÓES. Maria Cecília Rafael. **Linguagem, Surdez e Educação**. Campinas: Autores Associados. SP, 1996.

GOLDFELD, Márcia. **A criança Surda, linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 4ª edição, São Paulo, Plexus Editora, 2002.

KOSLOWSKI, L. A proposta bilíngue de educação do surdo. **Revista Espaço**, nº 10, pp. 47-53, dez. 1998.

LACERDA. Broglia F. de. ALBRES. Neiva de Aquino; DRAGO. Silvana Lucena dos S. **Política para uma educação Bilíngue e inclusiva de alunos surdos no município de São Paulo**. Educação e pesquisa de São Paulo. São Paulo – SP, 2013.

MEC, SEB. Caderno de Educação Especial: **A alfabetização de crianças com deficiência: Uma proposta Inclusiva**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília – DF, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

Portal Educação. <https://www.portaleducacao.com.br/> acesso em: 20/12/2019

QUADROS. Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília – DF. MEC/SEESP, 2004.

SKLIAR, Carlos. **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre, Editora Mediação, 1999.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO 1 - TRADUTORES/INTÉRPRETES DE LIBRAS

Formação:

- ☐ Nível Médio
☐ Nível Médio com Formação em Libras
☐ Nível Superior ☐ curso: _____
☐ Especialista ☐ curso: _____

1. Trabalha como Intérprete há quanto tempo?
☐ Mais de um ano
☐ Mais de cinco anos
2. Como acontece a aprendizagem do aluno surdo em sala de aula?
☐ Através da leitura labial
☐ Através da Língua de Sinais
3. Como é aplicado o conteúdo na sala pelo professor da sala comum?
☐ Com recursos visuais
☐ Sem recursos visuais
Cite outros recursos favoráveis: _____
4. Qual a função do Intérprete de Libras no contexto da sala de aula?
☐ Ensinar os conteúdos do professor ao aluno com surdez
☐ Traduzir os conteúdos do professor da sala comum
5. Você desenvolve outro trabalho com o aluno surdo além de suas atribuições?
☐ Sim quais? _____
☐ Não
6. Você sente ou já sentiu alguma dificuldade na tradução de conteúdos em sala de aula?
☐ Sim Qual? _____
☐ Não
7. Como você se relaciona com o aluno surdo dentro e fora da sala de aula?
☐ com confiança e espontaneidade
☐ senta-se ao lado do aluno
☐ fica de pé ao lado do professor
☐ não existe relacionamento fora da escola
7. Você participa ou já participou de cursos ou formações na área de Libras favorecendo sua atuação como intérprete?
☐ Sim Oferecido por qual órgão? _____
☐ Não
8. Quais as disciplinas que o aluno surdo tem mais facilidade para aprender?
9. Você sente-se valorizado nesta profissão?
☐ Sim
☐ Não Por quê? _____

QUESTIONÁRIO 2 – ALUNOS COM SURDEZ

MARCAR SUA ESCOLARIDADE:

- ☐ Ensino Fundamental – de 1º a 5º ano
- ☐ Ensino Fundamental – de 6º a 9º ano
- ☐ Ensino Médio de 1º ao 3º ano

1. Como acontece a aprendizagem do aluno surdo em sala de aula?

- ☐ Através da leitura labial
- ☐ Através da Língua de Sinais

2. Como é aplicado o conteúdo na sala pelo professor da sala comum?

- ☐ Com recursos visuais
- ☐ Sem recursos visuais

Cite outros recursos favoráveis: _____

3. Para você como deve ser a postura do Intérprete de Libras no contexto da sala de aula para facilitar a compreensão dos conteúdos?

- ☐ Ensinar os conteúdos do professor ao aluno com surdez
- ☐ Traduzir os conteúdos do professor da sala comum

4. Você busca ajuda nos trabalhos que são feitos fora da sala de aula?

- ☐ Sim A quem você pede ajuda? _____
- ☐ Não

5. Você sente dificuldades na explicação dos conteúdos pelo professor da sala comum?

- ☐ Sim Qual? _____
- ☐ Não

6. Como você se relaciona com o seu interprete de Língua de sinais dentro e fora da sala de aula?

- ☐ Com confiança e espontaneidade
- ☐ Não existe relacionamento fora da escola

7. Como você aprendeu Libras?

- ☐ Através de cursos oferecidos pela escola
- ☐ Através de convivência com outros surdos fluentes em libras
- ☐ através da família

8. Quais as disciplinas que você tem mais facilidade para aprender?

9. Como você costuma se comunicar com seus amigos surdos?

- ☐ Você somente sinaliza.
- ☐ Você somente fala português.
- ☐ Você sinaliza e fala ao mesmo tempo.
- ☐ Outro.

10. Como você costuma se comunicar com seus amigos ouvintes?

- ☐ Você somente sinaliza.
- ☐ Você somente fala.
- ☐ Você sinaliza e fala ao mesmo tempo.
- ☐ Outro.

QUESTIONÁRIO 3 – PROFESSOR DA SALA COMUM

Formação:

() Nível Médio

() Nível Médio com Formação em Libras

() Nível Superior () curso: _____

() Especialista () curso: _____

1. Como acontece a aprendizagem do aluno surdo em sala de aula?

() Através da leitura labial

() Através da Língua de Sinais

2. Como você explica seu conteúdo na sala?

() Com recursos visuais

() Sem recursos visuais

Cite outros recursos favoráveis: _____

3. Para você o que o interprete de Língua de Sinais deve fazer em sala de aula?

() Ensinar os conteúdos ao aluno com surdez porque você não sabe explicar

() traduzir os conteúdos sem interferir na exposição do professor

4. Você conversa com o aluno surdo em sala de aula?

() sim como? _____

() Não

5. Você sente ou já sentiu alguma dificuldade na no seu relacionamento com o aluno surdo?

() Sim

() Não

6. Como você se relaciona com o aluno surdo dentro e fora da sala de aula?

() Com confiança e espontaneidade

() Não existe relacionamento fora da escola

7. Você participa ou já participou de cursos ou formações na área de Libras favorecendo relacionamento com o aluno surdo?

() Sim Oferecido por qual órgão? _____

() Não

8. o aluno surdo tem dificuldades para compreender sua disciplina?

() Sim

() Não

Qual a disciplina que você ensina? _____

9. Você sente-se valorizado nesta profissão?

() Sim

() Não Porquê? _____

10. Quais as maiores necessidades para um professor, ao receber um aluno com Surdez?

_____.

QUESTIONÁRIO 4 – ALUNOS OUVINTES

MARCAR SUA ESCOLARIDADE:

☐ Ensino Fundamental – de 1º a 5º ano

☐ Ensino Fundamental – de 6º a 9º ano

☐ Ensino Médio de 1º ao 3º ano

1. Como acontece a aprendizagem do aluno surdo em sala de aula?

☐ Através do professor da sala comum

☐ Através do professor/intérprete de Libras

2. Como é aplicado o conteúdo na sala pelo professor da sala comum?

☐ Com recursos visuais

☐ Sem recursos visuais

Cite outros recursos favoráveis: _____

3. Para você como deve ser a postura do Intérprete de Libras na sala de aula?

☐ Ensinar os conteúdos do professor ao aluno com surdez

☐ Traduzir os conteúdos do professor da sala comum

4. Você costuma ajudar seu colega com surdez nas dificuldades da sala de aula?

☐ Sim Como? _____

☐ Não

5. Você vê dificuldades na explicação dos conteúdos ao aluno surdo pelo professor da sala comum?

☐ Sim Qual? _____

☐ Não

6. Você vê dificuldades na tradução dos conteúdos ao aluno surdo pelo interprete de língua de sinais?

☐ Sim Qual? _____

☐ Não

7. Como você se relaciona com o interprete de Língua de sinais na sala de aula?

☐ Com respeito à sua postura

☐ não faz nenhuma diferença na sala de aula

8. Você tem ideia das competências desse profissional (intérprete)?

☐ sim

☐ não

9. Você já participou de um curso básico de Libras?

☐ sim

☐ não

10. Como você costuma se comunicar com seus amigos surdos?

☐ Você somente sinaliza.

☐ Você somente fala português.

☐ Você sinaliza e fala ao mesmo tempo.

☐ Outro.